



GOVERNO ELETRÔNICO

*"After e-commerce, get ready
for e-government"*

Matthew Symonds

Professor

- Hugo Cesar Hoeschl, Dr
 - Pós-Doutorando em Governo Eletrônico
 - Doutor em Inteligência Aplicada
 - Procurador da Fazenda Nacional
 - Ex-Promotor de Justiça
 - Mestre em Direito
 - 17 trabalhos científicos publicados no exterior
 - EUA, Alemanha, Noruega, China, Espanha, Índia, França e Inglaterra

- Autor do livro *"Tecnologia da informação jurídica para o Conselho de Segurança da ONU"*;
- Mais de 40 trabalhos e artigos publicados no Brasil;
- Organizador do livro *"Introdução ao Governo Eletrônico"* (ebook);
- *Desenvolvedor Licenciado* da Fundação UNDL
 - ONU, Genebra
- Professor e coordenador acadêmico do curso de "MBA digital em *Governo Eletrônico*" (UNISUL);
 - www.unisul.br
- Professor e coordenador acadêmico do curso de especialização em "Direito Digital" (CESUSC);
 - www.cesusc.br
- Professor do curso "Governo Eletrônico" na *Direct to Company* (TV digital a via satélite – canal "Estratégia")
 - www.dicom.com.br



- Coordenador científico do projeto *Knowledge Management with Artificial Intelligence* – KMAI (Gestão do conhecimento com inteligência artificial);
 - Projeto qualificado como “Centro de Referência em Gestão do Conhecimento” pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (Finep);
- 8 Softwares patenteados
 - Menção de honra por originalidade na Fenasoftware 2002 (Software “i02”)
- Atividades científicas divulgadas em mais de 50 reportagens nacionais
 - Veja, Gazeta Mercantil, Estadão-SP/AgEstado, Revista ComCiência, Guia do Estudante, Radiobras, IstoéDinheiro, Univesia Brasil, UOL/Consultor Jurídico

Textos sobre egov publicados no UOL/Consultor Jurídico



- “Quarta instância: os principais aspectos do governo eletrônico”, 07/10/02
<http://conjur.uol.com.br/view.cfm?id=14333&ad=c>
- “Questões críticas: o futuro do Governo Eletrônico”, 22/10/02 <http://conjur.uol.com.br/view.cfm?id=14333&ad=c>
- “Frentes de combate: o Governo Eletrônico e a exclusão digital”, 11/11/02
<http://conjur.uol.com.br/view.cfm?id=14825&ad=c>
- “Exclusão digital: o Brasil conta com três trabalhos aprovados na Índia”, 11/11/02
<http://conjur.uol.com.br/view.cfm?id=14816&ad=c>
- “Trabalhos brasileiros são apresentados na Espanha”, 14/11/02 <http://conjur.uol.com.br/view.cfm?id=14906&ad=c>

Dados operacionais



- Página:
 - <http://www.ijuris.org/>, “Governo Eletrônico”
 - <http://www.wbsa.com.br>
- Correio:
 - digesto@digesto.net
 - hugo@wbsa.com.br
- Lista de discussão:
 - metajur-subscribe@egroups.com



Agenda

- Metodologia
 - Aspectos teóricos
 - Aplicações práticas
 - Impactos políticos e sociais
 - Avaliação de serviços e tecnologias
 - Desenvolvimento de tecnologias
- Portais
- Políticas de viabilização
- Cenário internacional



Questões iniciais

- Sociedade da Informação e do Conhecimento
- Por quê “Governo Eletrônico” ?
- EUA, “FirstGov”
- Cingapura, “SinGov”
- Bahia
- Porto Alegre
- Democracia Radical, Maquiavel e Rousseau



A Teoria das Formas de Governo no cenário digital



Platão

- **Platão** (427-347 a.C.).
- República - descrição da **república ideal**, que tem como objetivo a realização da justiça entendida como uma atribuição a cada um da obrigação que lhe cabe, de acordo com as próprias aptidões.
- Platão vê o passado com benevolência e o futuro com espanto. Tem uma concepção pessimista da história.



Aristóteles

- **Aristóteles** (384-322 a.C.)
- Privilegia as **virtudes** (justiça, caridade e generosidade), tidas como propensas tanto a provocar um sentimento de realização pessoal àquele que age quanto simultaneamente beneficiar a sociedade em que vive. Para ele o **Estado** deve zelar pelo **ideal de vida humana perfeita**.



Aristóteles

- Governo é o **poder soberano** da cidade, dividido por Aristóteles de três formas:
- **Monarquia**: Governo de **um homem** só, de caráter hereditário, que visa ao bem comum, como a obediência às leis e às tradições
- **Aristocracia**: poder onde o Estado é governado por um pequeno **grupo de pessoas** físicas.
- **Politéia**: governo do povo, da **maioria** que exerce o respeito às leis e que beneficia a todos os cidadãos.



Aristóteles

Essas três formas eram consideradas **puras, perfeitas** ou normais, por Aristóteles, porque visam o bem de uma coletividade.

Três são as formas de governo e três são os **desejos e corrupções** dessas formas, já que seu objetivo é primeiramente os interesses dos governantes em detrimento dos anseios de todos, são chamados portanto de:



Aristóteles

- **Tiranía:** forma distorcida de Monarquia, governo de **um homem** só que ascende ao poder por meios ilegais.
- **Oligarquia:** forma impura de Aristocracia, governo de **um grupo** economicamente poderoso
- **Democracia:** da maioria que exerce o poder, **favorecendo classes**.

Ideal: Timocracia, apoiado na **média das classes**, as cidades que tem essa condição podem ser bem governadas.



Nicolau Maquiavel (1469 – 1527)

- Obra: O Príncipe
- “Muitos já conceberam repúblicas e monarquias jamais vistas, e que nunca existiram na realidade (...) Mas, como minha intenção é escrever o que tenha utilidade para quem estiver interessado, pareceu-me mais apropriado **abordar a verdade efetiva das coisas**, e não a imaginação”.
- Perspectiva ontológica



Nicolau Maquiavel

- “É necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a **poder ser mau** e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade”.
 - (bom governante o faz por necessidade, o tirano por capricho). Mal legítimo. Violar a moral privada para **garantir a sobrevivência** das instituições e **da nação**.
- República - caracterizada pela **temporalidade** do poder e seu exercício é atribuído ao povo (vontade coletiva)
- Monarquia - que é marcada pela **vitaliciedade** do poder, que é confiado a uma pessoa física, monarca ou rei (vontade de um só)



Nicolau Maquiavel

- O que importa são os **resultados** e não a ação política em si;
 - legítimo o uso da violência contra os que se opõe aos interesses estatais.
- Com Maquiavel iniciam muitas coisas importantes na história do pensamento político, inclusive uma **nova classificação das formas de governo**.
- Baseado em Políbio, Maquiavel discute as formas de governo, que podem ser exercidas por um, por poucos ou por muitos cidadãos.
- Essas três formas podem ser **boas** ou **más**:
 - monarquia ou tirania;
 - aristocracia ou oligarquia;
 - democracia ou demagogia.

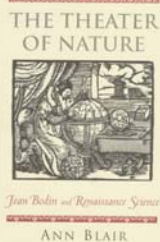


Nicolau Maquiavel - Hipóteses

- (a) Era bom
- (b) Ganância pelo poder
- (c) Realista
 - Afirmação de seu estado natal, Florença
 - Invasão da Itália por Carlos VIII, da França
- Angustiado com invasões e derrotas
- “Cruzada contra usurpadores estrangeiros”

Nicolau Maquiavel (1469 – 1527)





BODIN

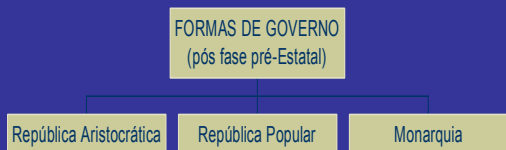
Sociedade: Pública

Privada



VICO (1668-1744)

- Vico = progresso # Aristóteles, Políbio, Maquiavel (degradação paulatina, retrocesso)
- Teoria histórica (com visão cíclica)





MONTESQUIEU

FORMAS DE GOVERNO

REPÚBLICA

MONARQUIA

DESPÓTICO

Democracia

Aristocracia

TRIPARTIÇÃO DOS PODERES

LEGISLATIVO

EXECUTIVO

JUDICIÁRIO

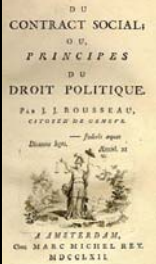
Vico

#

Montesquieu

(temporal, histórica)

(geográfica)



Rousseau (1712 – 1778)

Estado de Natureza	Estado Civil
•Instinto.	•Justiça; •Moral.
•Animal estúpido e limitado.	•Ser inteligente; •Alma se enobrece.

Corpo político	Povo	Liberdade Natural	Liberdade Civil
Estado , quando passivo;	Cidadãos , enquanto participantes da autoridade soberana;	Limitada pela força	Limitada pela Vontade Geral
Soberano , quando ativo;	Súditos , enquanto submetidos às leis do Estado.	Posse (força do primeiro ocupante)	Propriedade (fundada em título positivo)



Rousseau (1712 – 1778)

- “Toda lei não ratificada pelo povo em pessoa é nula”. Crítica à democracia representativa.
- Democracia Radical, Artigo UOL/Consultor Jurídico:
 - “Quarta instância: os principais aspectos do governo eletrônico”





Rousseau (1712 – 1778)

• Vontade Geral

- Vontade de todos no plano público. Diferente da soma das vontades.
- **Executivo** e **legislativo** (força e vontade). Não existem separados
- Contrato falso = obediência em troca de segurança.
- As leis são a expressão da vontade geral.
- “Os homens são responsáveis pela sociedade que fazem, qualquer que seja a escusa sociológica que possam encontrar”.
- **Educação** e **Informação** melhoram a capacidade de encontrar a vontade geral.



Rousseau (1712 – 1778)

• Governo:

- Poder legislativo e poder executivo;
- Governo é um corpo intermediário entre os súditos e o soberano. Executa as leis e faz com que elas sejam cumpridas.
- Governo para ser bom deve ser mais forte a medida que o povo é mais numeroso, pois existe uma tendência de afastamento da vontade geral.
- “O Estado existe por si mesmo, o governo só existe pelo soberano”



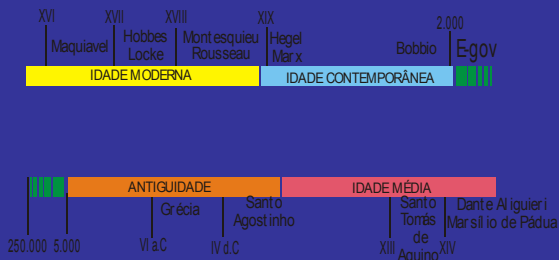
Norberto Bobbio

- Tipologias: Sistemática
Axiológica
- Três modelos Clássicos:
Monarquia
Aristocracia
Democracia

MODELO OPERACIONAL

		COMO?	
		BEM	MAL
QUEM?	um	monarquia	tiranía
	poucos	aristocracia	oligarquia
	muitos	democracia	oclocracia

Linha do Tempo



CONCEITOS

- ESTADO
- GOVERNO
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- "ELETRÔNICO"
- NAÇÕES UNIDAS



Conceito Governo

- Derivado de governar, do latim gubernare (conduzir, dirigir, administrar), quer, em sentido amplo, significar toda a direção ou regência dada a uma série de fatos ou coisas. É por isso, a ação de governar, aplicando-se neste caso, a qualquer ramo da administração.
- Mas em sentido estrito, especialmente aplicado às bases da organização. Em que o governo se estabelece, compreendendo o complexo de regras e princípios adotados, para que sirvam de orientação ou de fundamento aos poderes do governante ou dos governantes, em cujas mãos é colocado o governo.



Conceitos de Governo

- No conceito político, mostra-se o conjunto de órgãos que realizam a administração pública, exercendo poderes que lhe foram conferidos pela soberania do povo.
- Mas, Além de seu sentido de reunião de poderes que representam, pela instituição de órgãos políticos, a soberania popular ou nacional é vulgarmente empregado para designar simplesmente o poder executivo, um dos órgãos da soberania e uma instituição política fundamental do direito Público.
- **(Vocabulário Jurídico vol. II, De Plácido e Silva. Editora Forense, RJ 1989)**



Conceitos de Governo

- Em sentido formal, é o conjunto de Poderes e órgãos constitucionais; em sentido material, é o complexo de funções estatais básicas; em sentido operacional, é a condução política dos negócios públicos.
- Invariavelmente é uma expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente.
- **(Direito Administrativo Brasileiro, Heli Lopes Meirelles. Editora RT, 16 ed. 1990)**

Questões teóricas



- O tema **Governo Eletrônico** nasce sob a chancela da multidisciplinariedade. Materializa conexão direta entre aspectos destacados de duas grandes áreas: Sociais Aplicadas (principalmente Direito, Administração e Economia) e Tecnologia (principalmente Engenharias e Informática).
- Apresentar uma definição pacífica de "Governo" certamente não é uma tarefa fácil, porém diversas noções são aceitáveis do ponto de vista científico. Uma delas é a *gestão do poder público, em suas esferas e funções*. Suas *funções* são consideradas a partir da clássica tricotomia "legislativo", "executivo" e "judiciário". Suas esferas, referenciadas pelo pacto federativo e pelo contexto constitucional, são a "municipal", "estadual" e "federal". Um importante ponto a ser esclarecido preliminarmente é a necessidade de não se confundir a expressão "governo" com "poder executivo federal".

Três trilogias



- Formas
- Esferas
- Funções

Questões teóricas II



- Outro aspecto relevante é que a expressão "eletrônico" não pode ser limitada ao contexto "internet". Interessantes exemplos de institutos eletrônicos de governo são a urna eletrônica, os softwares inteligentes e os simuladores, que prescindem da web para sua autonomia axiológica. Assim, de início, já podemos perceber que "Governo Eletrônico" é um conceito que transcende à noção de *um site de uma esfera de governo*.
- Uma interessante noção de **Governo Eletrônico** pode ser encontrada na Prefeitura de Indyanápolis - IndyGov, um dos primeiros portais de eGov do mundo. Seu teor é o seguinte: *Prover ao cidadão acesso permanente (24 h) a serviços, informações e agentes governamentais*.



Governo Eletrônico

- Uso da variável tecnologia nas ações do governo e na concepção de Estado;
- Tecnologia presente em toda a história;
- Manifestações sociais e ideológicas da tecnologia devem ser consideradas.



Gênese

- Origem: na década de 70
- Processos internos e melhoria dos controles

*"O setor público está vendo a **Sociedade da Informação** como uma oportunidade para promover reformas sociais, culturais e econômicas."*

*"As redes de informação permitem **racionalizar** as atividades do setor público e operar os serviços de forma mais **eficiente**".*



Conceitos

- E-Governo: utilização de tecnologia da informação na administração pública para prestação de serviços *on line* e para a disseminação das mais variadas informações;
- E-Cidadão: exercício da cidadania através do e-governo, desburocratizando e agilizando o processo de participação popular;
 - **Exercício da Cidadania**: é o tempo despendido em atividades de aquisição de informação sobre ações de natureza pública, na formação de posição crítica em relação às mesmas e na atitude ativa de participação, através do qual pode-se interferir no resultado final da ação pública.
- E-Democracia: processo em que o e-cidadão pode se organizar e se comunicar em grupos, ganhando novas oportunidades de participação e uma voz na política, governo e sociedade;



Conceito eGov

- O que é E-Gov?

Forma de utilizar as **tecnologias da informação e das telecomunicações**, integradas em rede, a fim de prover **serviços e informações** para toda a sociedade, a qualquer hora e em qualquer lugar, fortalecendo a democracia.



Conceito eGov

- "Questões críticas: o futuro do Governo Eletrônico", publicado do UOL/Consultor Jurídico, 22/10/02
 - Quais são os pontos críticos ?
 - Quem ganha ?





Os problemas

- Mais de 90% da população mundial nunca utilizou um telefone, este emaranhado de tecnologia não vai aumentar a disparidade social entre as pessoas?
- Como fazer um modelo de sustentabilidade e desenvolvimento que respeite as diferenças Geo-políticas e busque o equilíbrio regional?
- Existe alguma forma de proporcionar que as PME se tornem mais competitivas no mercado externo e interno e assim possam gerar mais empregos?
- O gasto com tecnologia e internet vem diminuindo desde o final do ano de 1999, o que fazer para atrair a atenção dos grandes compradores, incentivando o incremento das vendas de hardware e software?

PANORAMA MUNDIAL DO E-GOV

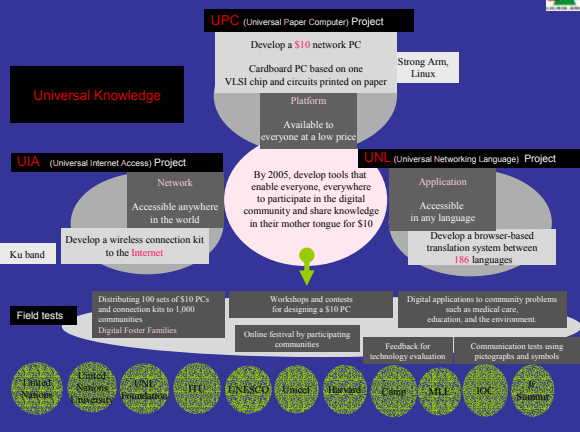
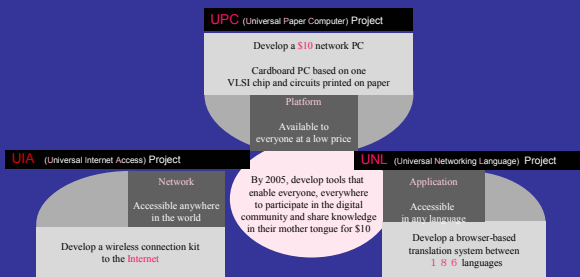
Cresce associado a duas idéias:

GESTÃO PARTICIPATIVA

GESTÃO EFICIENTE

- As iniciativas tem ocorrido de forma **descentralizada** (departamental);
- Tem sido mais usado para a divulgação de **decisões tomadas**;
- **Consulta popular é pouco disseminada** no poder executivo.

Projeto "Digital Nations"






Field Tests (Proposal)

As we develop this project, we will plan to start a field test in 2005 for the tools that will enable everyone, everywhere to participate in the digital community and share knowledge in their mother tongue for less than \$100.

URI	UEC	UPC	UNL
Accessible anywhere in the world Ku band and 1.2/2.4GHz	Useable in cyberspace in any country	Available to everyone at a low price Strong Arm +	Accessible in any of the 189 languages
Online festival by participating communities	Electronic payment experiment with wireless prepaid card system	Distributing 1000 sets of \$100 PCs connection routers to 1,000 communities Digital Foster Families	Digital applications to community problems such as medical care, education, and the environment
Feedback for technology evaluation	Field test both in real world and cyberspace	Workshops and contests for designing a \$100 PC	Communication test using pictographs and symbols















Aspectos Estratégicos

- Inclusão Digital
- Desenvolvimento
- Utilidade e Funções
- Políticas de Viabilização



A INCLUSÃO DIGITAL



A exclusão digital aprofunda a exclusão socioeconômica;

Necessita de políticas públicas de modo articulado nas 3 esferas de governo;

Necessidade do controle social dos recursos públicos destinados à inclusão digital;

Suas ações devem estimular o acesso universal e a simplificação dos sistemas computacionais.



A INCLUSÃO DIGITAL

A ELABORAÇÃO DE SITES

- Devem garantir acessibilidade e governabilidade;
- Devem garantir todas as informações explicativas relacionadas à prestação de um serviço;
- Devem ser constantemente avaliados por indicadores de qualidade;
- Deve haver integração das iniciativas federais, estaduais e municipais (evitar duplicidade de esforços e recursos)



A INCLUSÃO DIGITAL

OS TELECENTROS

- São iniciativas que garantem o acesso público às tecnologias de informação;
- Devem ir além da capacitação e treinamento;
- Devem ser geridos com a participação efetiva da comunidade;
- Devem contar com lideranças comunitárias para sustentar seu funcionamento e dinamização.



Surgimento da SocInfo

A sociedade da informação busca que todos os benefícios destas transformações alcancem todos os níveis sociais da população Brasileira através de 7 linhas de atuação

- Mercado, trabalho e oportunidade
- Universalização de serviços para cidadania
- Educação na sociedade da informação
- Conteúdo ao alcance de todos
- Governo ao alcance de todos
- P&D, tecnologias-chave e aplicações
- Infra-estrutura avançada e novos serviços.

PARA QUE SERVE O E-GOVERNO

GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE

G2G

G2C

G2B

Relacionamentos do E-gov



Funções do e-gov

- ➡ a) prestação eletrônica de informações e serviços
- ➡ b) regulamentação das redes de informação, envolvendo principalmente governança, certificação e tributação
- ➡ c) prestação de contas públicas, transparência e monitoramento da execução orçamentária
- ➡ d) ensino à distância, alfabetização digital e manutenção de bibliotecas virtuais
- ➡ e) difusão cultural com ênfase nas identidades locais, fomento e preservação de culturas locais

Funções do e-gov



- ➡ f) *e-procurement*, isto é, aquisição de bens e serviços por meio da Internet, como licitações públicas eletrônicas, pregões eletrônicos, bolsas de compras públicas virtuais e outros tipos de mercados digitais para os bens adquiridos pelo governo
- ➡ g) estímulo aos e-negócios, através da criação de ambientes de transações seguras, especialmente para pequenas e médias empresas.

PARA QUE SERVE O E-GOVERNO



- Informações e serviços;
- Prestação de contas com maior transparência;
- Ensino à distância, manutenção de bibliotecas;
- Estímulo ao e-procurement (aquisições via rede)
- Estímulo ao e-business
- Guerra eletrônica.

O DESENVOLVIMENTO DO E-GOVERNO



- **1ª etapa:** Difusão de informações (Websites);
- **2ª etapa:** Adequação dos sites para receber sugestões, reclamações e dados dos usuários;
- **3ª etapa:** Prestação de serviços públicos (exemplo: pagamento de contas);
- **4ª etapa:** Reunião dos sites em um único portal.



MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Razões

- **Novas tecnologias de Informação → Governos mais democráticos;**
- **Exigências dos usuários (Gestão Participativa)**
- **O uso da Internet agiliza a participação popular (Transparência)**
- **Aumento da relação governante/eleitor (Qualidade no voto)**



Governo Eletrônico

Benefícios

Geração de Valor

- Melhoria da qualidade, segurança e rapidez dos serviços para o cidadão
- Simplificar os procedimentos e diminuir a burocracia
- Avanço da cidadania
- Democracia da informação
- Transparência e otimização das ações do governo
- Educação para a sociedade da informação
- Facilidade de acessar o governo
- Integração das informações para o cidadão
- Geração de empregos na iniciativa privada originadas por ações desenvolvidas em parceria

Captação de Valor

- Otimização no uso e aplicação dos recursos disponíveis
- Integração entre os órgãos do governo
- Aproximação com o cidadão
- Desenvolvimento do profissional do serviço público
- Aperfeiçoamento dos modelos de gestão pública
- Universalização do acesso da informação
- Agilidade e redução da burocracia
- Modernização da rede de TI do governo
- Melhora na eficácia das ações de Comunicação Social com a sociedade em geral e a rede de lideranças organizadas

Fornecimento de Valor

- Recursos humanos capacitados
- "Monopólio" de Informações relevantes para o cidadão



Políticas de Viabilização do e-gov

- Brasil
- Japão
- EUA



Políticas de Viabilização (Brasil)

- Contexto sócio-econômico brasileiro:
- 9 milhões de usuários de internet, 5,3% da pop.
- 62,5 milhões de linhas telefônicas, 62% fixas e 38% celulares,
- 39% pop. têm acesso à telefonia,



Políticas de Viabilização (Brasil)

- Provedores concentram-se nos centros urbanos,
- Limitação de acesso e custo de telefonia são barreiras de acesso à internet,
- Custo elevado de equip. informática, principalmente se considerada a RPC,
- Ausência de linhas de crédito adequadas a pessoal de baixa renda e estudantes,



Japão – Lei Básica de Formação da Sociedade em Rede

- Lei Básica de Formação da Sociedade da Informação e das Telecomunicações em Rede, de 6 de janeiro de 2001.



Políticas de Viabilização (Japão)

- (Identificação dos papéis que cabem aos governos Estaduais e locais e ao setor privado) Art. 7º.
- Setor privado: papel principal,
- Governos: Implementação de medidas que tornem o ambiente favorável ao setor privado, incluindo regulamentação e solução de conflitos.



Políticas de Viabilização (Japão)

- **(Comitê Decisório) Art. 25.**
- Para a promoção dos objetivos dessa lei, são criados, no Gabinete do primeiro ministro japonês, os *strategic-headquarters*.



Políticas de Viabilização (Japão)

- **(Headquarters) Art. 35.** Os *headquarters* devem desenvolver políticas prioritárias, envolvendo:
 - (i) As políticas básicas e medidas para a concretização da sociedade em tela,
 - (ii) medidas para rapidamente promover a formação das mais avançadas informática e telecomunicações do mundo,



Programa e-Japan 2002

Conceito de e-gov :

Um governo eletrônico é um meio de reforma da administração pública, capacitando transações administrativas entre governos, cidadãos e empresas por meio de documentos disponíveis *on-line*, e a troca e utilização de informações instantaneamente entre governos central e locais, pelas redes de informação.



Programa e-Japan 2002

Conceito de e-gov:

O e-gov permitirá a qualquer pessoa utilizar os serviços dos governos centrais e locais sem restrições e constrangimentos, de forma confortável e conveniente e revitalizará as atividades empresariais.

Os serviços administrativos deverão estar disponíveis 24 horas na internet.



Programa e-Japan 2002

Futuro Desejado:

- O governo e o setor privado reunirão esforços para poder atingir até 2005, e demonstrar ao povo e ao mundo, que o Japão constitui-se na mais avançada nação do mundo em TI.
- O projeto inclui a disponibilização de internet de alta velocidade e sem fio em distritos urbanos e a disseminação de terminais móveis, os *e-shopping malls*, que conferirão ao povo a impressão real de uma revolução em TI.



Políticas de Viabilização (EUA)

Estratégia de e-gov dos EUA, de 27 de fevereiro de 2002: (situação atual)

- Contexto dos investimentos governamentais em TI (\$48 bilhões em 2002 e \$52 bi em 2003):
- Mais de 60% dos usuários de internet interagem com *sites* governamentais do EUA,



Políticas de Viabilização (EUA)

Proposta: a intenção é promover um e-governo *citizen-centered*. As intenções principais do governo são:

- Facilitar serviços e interação dos cidadãos com o governo,
- Melhorar a eficiência do governo,
- Melhorar a resposta do governo aos anseios da população.



Políticas de Viabilização (EUA)

Iniciativas selecionadas (Cidadãos):

- Ponto de acesso Recreação.gov
- Assistência governamental on-line,
- Acesso on-line à linhas de crédito,
- USA serviços ao cidadão (CRM interagências),
- EZ tax filing,



Políticas de Viabilização (EUA)

Iniciativas selecionadas (Empresas):

- Processo legislativo *on-line*,
- Expansão de produtos tributários eletrônicos para os empregadores,
- Venda *on-line* de ativos do governo,
- Portal de auxílio às operações de exportação,



Políticas de Viabilização (EUA)

Iniciativas selecionadas (Governos):

- Ponto de informações e de dados geoespaciais,
- e-grants,
- Portal de assistência a desastres e crises,
- *Wireless* SAFECOM,
- e-vital,



Políticas de Viabilização (EUA)

Iniciativas selecionadas (eficiência governamental interna):

- *e-training*,
- Ponto único de recrutamento,
- Integração de Recursos Humanos,
- e-pagamento,
- *e-travel*,



Políticas de Viabilização

- A partir dos programas de Brasil, Japão e EUA, observa-se:
- O programa e-Japan tem possibilidade de envolver os governos central e locais no processo,



Políticas de Viabilização

- Os planos brasileiro e americano são bastante similares considerando-se as linhas de ação, guardadas as respectivas necessidades de cada país,
- No Brasil enfrenta-se o desafio da inclusão digital de forma mais agravada,



Políticas de Viabilização

- Apesar de nossa condição sócio-econômica desfavorável em relação às superpotências, nosso e-gov apresenta estágio atual de desenvolvimento muito similar, em certos casos até mais avançado do que os de Japão e EUA.



"Na Real"

- INFOWAR
- LICITAÇÕES
- SIMULADORES
- PORTAIS



Infowar TARGETING PUBLIC SERVICES

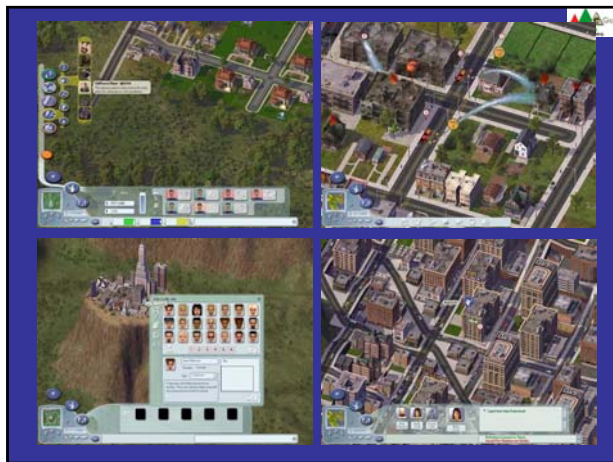
- www.infowar.com
 - Electronic Civil Defense
 - Privacidade, Espionagem e terrorismo
- www.futurewar.net
 - Inteligência
 - Militar
 - Tecnológica





Simuladores

- SimCity
- Civilization
- Caesar
- Pharaoh



Licitação digital

- Velocidade
- Agilidade
- Menor custo
- Menos atos
- Mais transparência e competitividade

Portais

- Principais vitrines
- Concentração de informações e serviços
- Rotinas
- Indicadores

Exemplos Internacionais

Versão do site em 22 de Setembro de 2000.



Versão 2002 Exemplos Internacionais

2000



Análise de sites (EUA)

- Política de administração e *links* do FirstGov:
- A administração do portal avalia todos os *links* sugeridos usando os seguintes critérios:



Análise de sites (EUA)

- O site recomendado é mantido ou patrocinado por entidade governamental?
- Ele provê informações e serviços governamentais oficiais?
- Ele complementa informações disponíveis no FirstGov?



Análise de sites (EUA)

- O site é de grande interesse público?
- O conteúdo é relevante, útil e impositivo para cidadãos, empresas e servidores públicos?
- As informações contidas parecem ser acuradas e atuais?



Análise de sites (EUA)

- A abordagem do *site* em relação à privacidade pessoal de informações é consistente com as políticas públicas correlatas?
- O *site* é amigável?



Análise de sites (EUA)

- O *site* recomendado possui uma ou algumas das seguintes características altamente desejáveis?

Cruza agências ou limites intergovernamentais;



Análise de sites (EUA)

Permite aos usuários a realização de transações *on-line*;

Provê meios dos usuários interagirem diretamente com o governo, identificando fones, endereços, *e-mails* e instruções;



Análise de sites (EUA)

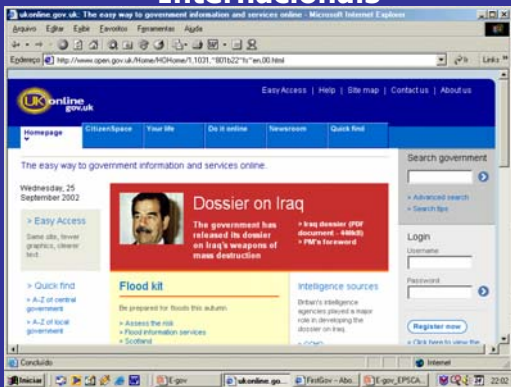
Provê aos cidadãos informações sobre performance de serviços governamentais;

Provê informações e serviços úteis à sociedade, tais como endereços, mapas, serviços para a terceira idade, turismo nacional etc.

Versão 2000 Exemplos Internacionais



Versão 2002 Exemplos Internacionais



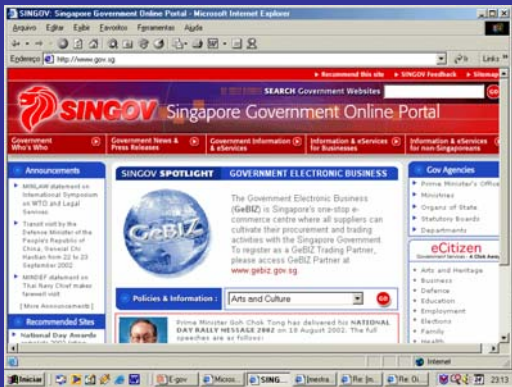
Versão 2000 Exemplos Internacionais



Em Singapura, o "e-governo" mais adiantado do mundo interliga num portal todos os serviços essenciais do Governo



Exemplos Internacionais



Análise de sites (Alemanha)



Análise de sites (Alemanha)



- Portal deutschland.de:
- deutschland.de deve representar para a sociedade da informação o que "Made in Germany" representa no contexto da alta tecnologia e qualidade dos produtos alemães (Uwe Karsten porta-voz gov. alemão).



Análise de sites (Alemanha)

- O portal oferece em cinco línguas distintas uma coleção representativa de importantes referências alemãs.
- Abrange informações sobre educação, saúde, cultura, mídia, esportes, Estado, Turismo, economia e ciência.



Análise de sites (Alemanha)

- Incorpora em si uma lista de portais alemães e outros *links*.
- Inicialmente 1000 *links*, podendo chegar a outros 1000 com o tempo.



Análise de sites (Alemanha)

- Houve a decisão consciente por parte do grupo multisetorial responsável pela idealização do portal de torná-lo operacionalmente independente do Gov. Federal.



Análise de sites (Alemanha)

- Política de administração e *links* do deutschland.de:
- É um portal considerado independente
- O governo federal, representado por seu escritório de informações e imprensa, é cliente do prestador dos serviços do portal.



Análise de sites (Alemanha)

- O cliente não influencia o trabalho dos editores do portal.
- O executante dos serviços é uma *joint-venture* vencedora da espécie de licitação realizada (Arge deutschland.de).



Versão 2000 Exemplo Brasileiro

O Governo Brasileiro anunciava que tornaria disponível mais de 640 serviços e 3,6 mil informações de utilidade pública no site Rede Brasil. Os planos para os meses seguintes incluíam agregar serviços e informações dos governos estaduais e municipais



Versão 2002 Exemplo Brasileiro



Versão 2002 Exemplo Brasileiro



Regulamentação no Brasil

- **Resolução nº 7, de 29 de Julho de 2002;**
- Elaborada pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico – Casa Civil – da Presidência da República;
- Estabelece regras e diretrizes para os *sites* na internet da Administração Pública Federal.



Resolução nº 7- 29 de Julho 2002

As diretrizes tratam:

- da estrutura das informações dos *sites*;
- do seu controle e monitoramento;
- dos mecanismos de interação com os usuários;
- da identidade visual e
- da segurança dos *sites*.



Estrutura das Informações dos Sites

- Domínios **gov.br** e **mil.br** (exceto ensino e pesquisa);
- A estrutura deve privilegiar a **prestação de serviço ao cidadão**;
- O conteúdo de maior valor deve ser destacado na **parte superior da página**;
- Disponibilizar o **conteúdo agregado por assunto**, sendo vedado o agrupamento por estrutura organizacional;
- Utilizar padrões técnicos que **não exijam equipamentos de grande performance** ou programas pouco difundidos;



Estrutura das Informações dos Sites

- Adotar estratégia de navegação que propicie **rapidez de acesso, uso intuitivo dos comandos e funções**;
- **Linguagem simples e direta**, com conteúdos claros, simples, atuais e verdadeiros;
- Imagens apenas quando associadas diretamente ao órgão ou serviço;
- Declarar o **nome da unidade** ou servidor responsável pelo atendimento das mensagens recebidas.



Controle e Monitoramento

- Utilizar **páginas específicas** com orientações para os casos de devolução de **mensagem de erro**;
- Manuseio e **manutenção** dos serviços e informações **independente** de técnicos especializados;
- **Medição do tráfego** de usuários no *site*;
- **Pesquisa on-line** sobre a qualidade dos serviços e informações prestadas;
- Utilizar **cookies** somente **com a autorização** dos usuários.



Interação com os Usuários

- É obrigatória a existência de um serviço de comunicação direta do usuário com o órgão – **“fale conosco”** ➔ **5 dias úteis** para resposta às solicitações;
- Respostas disponibilizadas em uma página de **“questionamentos mais freqüentes”**;
- As **mensagens** recebidas devem ser classificadas e **analisadas estatisticamente**.



Identidade Visual

Cabe à **Secretaria de Comunicação** do Governo da Presidência da República a definição da identidade visual dos *sites*.



Considera-se Identidade Visual o conjunto de **marcas, símbolos e ícones**.



Segurança dos Sites

- A infra-estrutura dedicada à prestação dos serviços *Web* deve ser **isolada da rede interna** da organização;
- **Planos de contingências** visando o restabelecimento do ambiente e dos serviços no caso de falhas e incidentes de segurança;
- **Não** podem ser usados **provedores externos** na prestação de **serviços sigilosos** ou que exponham a privacidade do usuário.



Segurança dos Sites

- **Registro de eventos e acessos** monitorados constantemente;
- Adotados procedimentos de **auditoria interna**;
- O **serviço de certificação** dos *sites* só pode ser feito por Autoridades Certificadoras integrantes do ICP-Brasil;
- **Documentação técnica** dos *sites* deve ser mantida.



Resolução nº 7- 29 de Julho 2002

Prazo para Regulamentação

- As organizações têm até o **final do ano de 2002** para adaptarem seus *sites* ao **novo modelo**.

Bahia Exemplo Brasileiro



Paraná Exemplo Brasileiro



São Paulo Exemplo Brasileiro



Santa Catarina Exemplo Brasileiro



Lista de Endereços Web de e-Gov



Internacionais

Brasileiros

Fist Gov (US)

<http://www.firstgov.org/>

Open Gov (UK)

<http://www.open.gov.uk>

Singapore Government (SG)

<http://www.gov.sg>

Geral (US)

<http://www.egovlinks.com/>

Rede Governo (BR)

<http://www.redegoverno.gov.br/>

Portal Bahia (BA)

<http://www.bahia.ba.gov.br/>

São Paulo (SP)

<http://www.saopaulo.sp.gov.br>

e-Parana

<http://www.pr.gov.br/>

Santa Catarina

<http://www.sc.gov.br>

www.premio-e.gov.br



- O **Prêmio Excelência em Governo Eletrônico**, de âmbito nacional, foi instituído com o objetivo de **reconhecer e incentivar o desenvolvimento eficaz e abrangente de iniciativas de Governo Eletrônico** nas administrações públicas federais, estaduais e municipais. Inscreva seu projeto até o próximo dia 15 de outubro.

Categorias do Prêmio



Governo para Governo (G2G)

Iniciativas que visam a qualidade da integração **entre os serviços governamentais**, envolvendo ações de reestruturação e modernização de processos e rotinas.

Governo para Cidadão (G2C)

Informações e serviços dirigidos aos **cidadãos**. Interação direta entre o usuário e o governo e inclusão digital, considerando tanto meios virtuais como físicos.

Governo para Negócios (G2B)

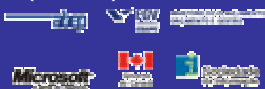
Projetos voltados para o provimento de informações e serviços aos **investimentos e negócios**, bem como de apoio à atratividade e desenvolvimento de negócios em uma região específica.

Realização



- O Prêmio Excelência em Governo Eletrônico foi instituído pela Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados (ABEP), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal.

A iniciativa conta com o patrocínio da Microsoft e apoios do Governo do Canadá e da Sociedade da Informação (Socinfo)



UFSC – primeira Universidade do Brasil a criar a cadeira de Governo Eletrônico



- Vários sistemas inovadores na área:
 - Olimpo (ONU)
 - AlphaThemis (STF/STJ)
 - Inteligência Fiscal
 - Lattes (CNPq)
 - Rede de Relacionamentos
 - Caça-Fantasmas
 - Portal OBID (Presidência da República)
 - Urna Eletrônica (TSE)
- Florianópolis, capital brasileira do Governo Eletrônico



Agradecimento

- Agradecimento a todos os alunos de “Governo Eletrônico” (mestrado/doutorado), da UFSC (2001 e 2002), que enriqueceram os excelentes debates e colaboraram com a produção deste material, *em especial*:
- Tânia C. D. Bueno
- Marcelo S. Ribeiro
- Fabrício T. Donatti
- Alexandre Serra Barreto
- Patrícia Simath
- Leandro Carioni
